



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

LEI N.º 57/76

I. N. A. — 1976

LUCIO LARA

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

LEI N.º 57/76

LEI N.º 57/76

Atribui maior eficácia à repressão contra os delitos anti-económicos e de sabotagem económica, abolindo qualquer espécie de caução nos processos respeitantes àqueles delitos.

Lei n.º 57/76

de 3 de Julho

Sendo necessário atribuir maior eficácia à repressão contra os delitos anti-económicos e de sabotagem económica;

Considerando que a economia do País só pode ser preservada dos golpes do inimigo externo e interno com medidas que não lhe dêem margem a manobras exploratórias ou de sabotagem;

Atendendo a que se torna necessário definir expressamente o que se deve entender por crime de sabotagem económica, em ordem a tornar operativo o poder judicial, visto que os crimes e as correspondentes penas devem revestir tipicidade legal, nos termos dos princípios gerais segundo os quais é lícito o que a Lei expressamente não proíbe;

Ao abrigo da alínea a) do artigo 38.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade conferida pela alínea e) do artigo 32.º, da mesma Lei, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo o seguinte:

ARTIGO 1.º

É abolida qualquer espécie de caução nos processos de delito antieconómicos, e de sabotagem económica, devendo a prisão ser sempre efectiva e cumprida em campos de produção;

ARTIGO 2.º

Constitui crime de sabotagem económica a prática de actos lesivos da regular evolução do Processo Revolucionário, no domínio da Economia Nacional e como tal são também considerados:

- a) Os actos descritos no artigo 3.º e alínea *d*) do artigo 4.º, da Lei n.º 3/76, de 3 de Março.
- b) Os desvios de mercadorias para outros fins e outros destinos diferentes dos ordenados pelos Serviços afectos aos assuntos económicos, ou dados a conhecer aos mesmos ou previstos em diplomas legais.

ARTIGO 3.º

Os crimes de sabotagem económica serão punidos com prisão maior entre dois a oito anos e o cúmulo das cominações previstas nos artigos 3.º e 4.º, alínea *d*), da Lei n.º 3/76 e no Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957.

ARTIGO 4.º

Esta Lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pelo Conselho da Revolução.

Promulgado, em 2 de Julho de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO AGOSTINHO NETO.

ARQUIVO L. LARA

BA-01

2643 - Cx 20

ARQUIVO L. LARA

AROUND THE WORLD

D2643
BA-04